

# O direito a ter direitos em três atos

Luiz Alex Silva Saraiva

Em função de muitos fatos recentes que demandam nossa atenção, optamos por desenvolver o editorial sobre o direito de ter direitos em três atos, cada um deles destacando a escuridão e, também, a necessidade de luz para questões que nos afligem social e organizacionalmente.

## PRIMEIRO ATO: AS PANELAS ESPANCADAS

Pronunciamento da Presidente do país, e um enorme barulho de panelas sendo enfaticamente espancadas por centenas de insatisfeitos com o governo. Não sabemos se os que bateram em suas panelas sabem que o pronunciamento é gravado e, mesmo que não o fosse, a Presidente não teria como ouvir o protesto. Mas, em se tratando de uma manifestação democrática, o barulho precisa ser tolerado, mesmo que desagrade. Apesar do que pode parecer a muitos, a indignação oriunda do conforto do lar não é suficiente para abalar as estruturas políticas do país. Estamos, como um todo, perplexos. Não que não desconfiássemos



de práticas de corrupção. Mas é ostensivo o volume em questão. E parece que a cada momento, só aumenta o volume descoberto e o escândalo em curso. Mas, que ninguém se engane: a corrupção não vem de agora. Trata-se de uma prática instaurada, e mais ou menos tolerada há centenas de anos no Brasil. Os escândalos sucessivos refletem não apenas problemas de administração, mas também os efeitos da adoção irrefletida de um receituário neoliberal, de um generalizado conservadorismo político e institucional, que recoloca rostos conhecidos em lugares nos quais adquirem uma perigosa familiaridade com os caminhos – lícitos e ilícitos do poder. Apesar da sensação de derrota e de revolta que temos ao nos informarmos sobre esses problemas. É melhor deles saber do que permanecer no escuro, felizes na ignorância.

A escuridão, assim, é ruim. Mas escuridão aqui não é apenas ignorar os fatos. Trata-se, pior do que isso, de fazer acusações fáceis, com base em informações superficiais e imprecisas veiculadas por muitos órgãos comprometidos de imprensa, e condenar sumariamente este ou aquele político por conta de problemas que, infelizmente, parecem generalizados no país. Ficarmos cientes da grandeza da corrupção que nos assola há décadas, assim, não é o problema; o problema é querer, com base em especulações, criar bodes expiatórios ao adotar pesos e medidas desiguais, disfarçando posições ideológicas conservadoras pela adoção de receituários moralistas arraigados. Panelas, sim; má fé, nunca.

Em um quadro de crise internacional, a crise atualmente observada faz com que o Brasil passe a ser atentamente observado em virtude de deter valiosos ativos, como estatais que, mesmo com todos os problemas, ainda são altamente atrativas e, por isso, não casualmente, alvo de críticas e especulações por uma parte de mídia, comprometida com os interesses econômicos de grupos internacionais. Além disso, a enorme extensão de terras cultiváveis, e riquezas naturais incomparáveis, entre inúmeros outros elementos, nos colocam sob lupa.

Pensamos que ninguém deve estar satisfeito com as ações do governo. Apesar das expectativas de guinada à esquerda, da composição de ministérios ao maciço e vergonhoso corte de recursos da educação, o que nos leva a pensar o quanto, de fato, este governo é tão distinto assim das propostas que foram derrotadas, o que nos preocupa é o recrudescimento de posições radicais, que demonstram um contexto de escuridão generalizada. Quem não elegeu a Presidente não se vê como parte “responsável” pelos problemas e, por isso, parece adotar uma postura abertamente destrutiva quanto ao país.

O “outro” é taxado de radical, é agredido e lhe é dito que “vá para Cuba”, e assim por diante. É ignorante, insuficiente ou incapacitado por ter eleito o governo atual e, por isso, merece ser monitorado por quem, de fato, sabe o que faz. Ouvimos de colegas que os jovens não deveriam votar, pois “não sabem o que fazem”, como se

não fosse primordial o direito de ser diferente e, nesse sentido, de votar em quem se acha mais próximo de sua posição. A oposição entre “coxinhas” e “comunistas” denota um lento processo de amadurecimento social e político rumo a que, no futuro, possamos ter disseminada a noção de direito às diferenças. Para isso, parece elementar afirmar, é preciso assumir a vaga noção de que os direitos de uns começam precisamente onde os de outros terminam. Mas se isso se não se respeita porque o outro não sabe o que faz, ele não deve ter direitos, certo? Deve ser, portanto, devidamente tolhido em suas ações por aqueles que sabem o que fazem, e por isso tem as opiniões certas, as atitudes certas, e assim sucessivamente. Esse quadro é de uma assustadora escuridão porque diferencia e hierarquiza o “certo” do “errado”, num cenário de violência ampla contra o que quer que não seja aquilo de que compartilhamos.

Somam-se a isso parlamentares, em todos os níveis do governo que parecem representar apenas a si próprios, distantes do povo, com propostas que ferem direitos políticos, sociais, civis e assim por diante, em função de seus próprios interesses e de seus financiadores. Em pauta, com discussões rápidas, em alguns casos tidas como desnecessárias, temas como a escravidão, o trabalho infantil, a violência contra a mulher, a descriminalização do aborto, a descriminalização das drogas, a redução da maioria penal, os direitos dos LGBTTTs, a liberdade de expressão religiosa, as cotas nas universidades, a democratização do acesso à

educação, a difusão de modelos acessíveis de saúde, por exemplo, tramitam e são votados como se fizessem parte apenas de uma agenda de processos, e não fossem, em si, temas delicados que pressupõem debate precisamente por nos afetarem em diversos níveis.

Na esfera jurídica, assistimos ao poder judiciário sobrecarregado porque tem de decidir sobre questões que o poder legislativo se nega a discutir ou retrocede, rumo à franca desigualdade entre os poderes. Como resultado, muitos dos integrantes desse segmento veem como natural que tenham remuneração superior aos outros poderes, já que trabalham mais ao resolver o que os outros não conseguem fazer. E isso se complexifica notavelmente em termos de gestão, como tem sido possível acompanhar, uma notável agenda de observação e análise para os estudos organizacionais no sentido de iluminar tantos pontos “escuros”.

## SEGUNDO ATO: FOTOGRAFIAS, REGISTRO DE EXISTÊNCIA E VISIBILIDADE SOCIAL

A exposição “Retratos”, de Assis Horta, realizada em maio e junho de 2015 no Palácio das Artes, em Belo Horizonte, foi impressionante, e por vários motivos. O primeiro deles é sua despretensão, já que propunha tão somente a registrar mulheres e homens ordinários, no sentido discutido por Carrieri (2014), algo bastante diferente e, por isso mesmo, tocante. Uma vez que a CLT passou a exigir

identificação visual dos trabalhadores na carteira de trabalho, Assis Horta registrou milhares de mineiros anônimos com rara sensibilidade. Pessoas a quem a História ignora nas suas narrativas grandiosas, mas que são parte fundamental da sociedade em que vivemos.

O segundo motivo que impressionou na exposição foi a instantânea empatia que ela provoca ao registrar pessoas, possivelmente pela primeira vez, em fotografias. Antes disso passavam literalmente anônimos ao longo de sua existência. Ao usarem suas melhores roupas e posarem para as fotos, seus olhares dizem muito sobre quem são e sobre sua existência. E nos levam a por sobre a mesa uma questão incômoda: quem são esses “outros” que vemos, mas que não enxergamos, seja na sociedade, seja nas organizações? O que parece distinto do branco, cristão, heterossexual, classe média, de nível superior é hierarquizado e colocado em uma posição inferior, como algo “exótico”, que não tinha razão de ali estar. Ou, no máximo, que ali deve estar para servir aos que atendem aos traços dominantes já descritos. Precisamos de mais luz sobre esses “outros”, já que somos nós mesmos na infinita variedade do humano. Eles não são menores, nem piores; são diferentes. E precisamente na mesma medida em que o parecemos para eles também.

### TERCEIRO ATO: O CASAMENTO ENTRE PESSOAS DE MESMO SEXO NOS ESTADOS UNIDOS



A Suprema Corte dos Estados Unidos declarou como legal o casamento entre pessoas do mesmo sexo em qualquer um dos estados daquele país. Trata-se de algo notável, mas não inédito para nós brasileiros, uma vez que no Brasil já tínhamos há mais de dois anos de uma decisão semelhante. Todavia, os possíveis efeitos em cadeia da adesão norte-americana à causa, uma vez que sua hegemonia é política, econômica, e midiática é que chamam a atenção. A visibilidade mundial obtida com a aprovação da lei foi simultaneamente um movimento de exposição, de tolerância e de direitos.

Contudo, este fato não implica vitória em todas as frentes de batalha, muito pelo contrário; muitos dos opositores se baseiam em leituras ultrarradicais de textos sagrados, por sua vez manipulados por líderes religiosos inescrupulosos, ao passo que outros tentam desqualificar a importância ou relevância desta causa, minimizando-a em relação a problemas como a fome e as guerras, como se houvesse uma competição entre elas, e como se os que lutam para poder ter suas diferenças tratadas em pé de igualdade, ao eventualmente consegui-la, estariam automaticamente satisfeitos com o resto do mundo em todas as suas variações. Ledo engano de posições estéreis, que precisam de luz, tanto para reconhecerem o que realmente lhes origina, quanto o combustível que lhes alimenta e mantém.

A decisão diz mais sobre o que especificamente não expressa: a legitimação das diferenças para além dos aspectos legais. Ser diferente não significa mais ser “menor”: não se negam mais direitos essenciais àqueles que não se encaixam em um estereótipo do cidadão. A pluralidade vence a unidade, a luz, as trevas. Esse movimento pode – e deve – ser acompanhado de perto pela academia, lugar que embora em princípio seja regido pela ideia de universalidade, tem sido pouco acolhedor a lidar com as diferenças.

O número quatro de Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade vem ao encontro dessa perspectiva plural que defendemos ao longo desse editorial.

*Carlos H. Reinesch* nos brinda com a capa *Heróis*, lançando um olhar atento à microexistência humana em sociedade, particularmente aos trabalhadores que insistimos em não enxergar no dia a dia, verdadeiros heróis anônimos, protagonistas invisíveis.

A seção artigos é composta por dois textos. No primeiro deles, *“A turma aqui gosta de ganhar”*: representações sobre a pesca amadora embarcada no Iate Clube do Espírito Santo, *Ricardo Aguirre Guimarães* e *Letícia Dias Fantinel* analisam as representações sociais dos pescadores associados ao Iate Clube do Espírito Santo e os significados que a prática da pesca amadora possui para esses sujeitos. Os resultados obtidos

indicam que, para os pesquisados, a pesca transcende o objetivo de apenas relaxar e o significado é expandido para o melhor desempenho e a rivalidade entre competidores.

Em *Instrumental and substantive rationalities among different levels of decision making in a samba school: a case study on União da Ilha da Magia*, de Ilane Frank Dias e Mário César Barreto Moraes, é tratada a relação entre as racionalidades instrumental e substantiva nos diferentes níveis de tomada de decisão de uma escola de samba de Florianópolis. Os autores verificaram que paradoxalmente, no desfile de carnaval, a liderança da organização migra de uma estrutura institucional formal para a estrutura operacional, o que sugere particularidades expressivas neste tipo de organização.

A seção ensaios também é composta por dois textos. Em *Religião e consumo: aspectos conceituais, limites e possibilidades*, Alessandro Gomes Enoque, Alex Fernando Borges e Jacqueline Florindo Borges, partindo da incipiência de esforços que articulem fenômenos de natureza organizacional e a religião em si, põem em discussão a religião sob a ótica do consumo simbólico. Os autores se concentram em compreender a natureza particular do comportamento de consumo do simbólico presente na mercantilização de artigos religiosos a partir dos trabalhos de Pierre Bourdieu.

*César Medina Salgado* caracteriza, em *The computer objects looking for their social and organizational implication*, os objetos computacionais a partir de uma visão antropológica, fenomenológica e da teoria da organização, a fim de revelar sua essência. O autor analisa a presença de um conjunto de mudanças individuais, organizacionais e sociais investigação provocada pelo advento de objetos de computador em nível individual, familiar, profissional, organizacional e social, além de especificar as suas implicações nas organizações de hoje, particularmente as relativas ao processamento de informações.

Na seção provocações, em *O management e o projeto de controle do mundo*, *Adriana Vinholi Rampazo* encoraja uma reflexão a respeito da disseminação do management no mundo. Partindo de uma discussão a respeito do triunfo do capitalismo e da decorrente ideologia do *management* como hegemônica, a autora sugere que as pessoas passaram a pensar suas vidas a partir de uma lógica econômica, em termos de custos e benefícios, desempenho e planejamento. Nesse sentido, propõe uma problematização da atuação ideológica do *management* visando moldar a sociedade conforme uma lógica econômica e os efeitos para as organizações e para a sociedade.

Na seção depoimentos, temos o privilégio de contar com um texto do professor *Pedro Lincoln Carneiro Leão de Mattos*, *Por onde andei: Administração, Estudos Organizacionais e algumas obsessões...*, no qual discorre sobre como sua carreira acadêmica foi precedida e marcada por atividades de prática gerencial. Sua atuação no campo, voltada especialmente para a epistemologia e o método, o aproximou do tema da correspondência entre linguagem e mundo, o que, por sua vez, o levou à pragmática da linguagem. Ele encerra seu depoimento pronunciando-se sobre o sentido social da vida e trabalho acadêmicos.

Na seção resenhas, *Gabriel Farias Alves Correia*, em seu texto *O que foi e o que (ainda) será de junho?*, nos traz uma síntese crítica sobre o livro "Junho: potência das ruas e das redes", organizado por Alana Moraes, Bernardo Gutiérrez, Henrique Parra, Hugo Albuquerque, Jean Tible e Salvador Schavelzon.

Aproveitamos para informar o cancelamento do número especial *O organizar na América Latina*, conforme solicitado pelos editores especiais e acordado com a editoria de Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade. Entramos em contato com os editores especiais do número especial agendado para 2016 e, em função de sua organização e cooperação, conseguimos adiantar os trabalhos, de maneira que o último número de 2015 contará com um dossiê temático sobre *Diálogos sobre o Trabalho Humano: perspectivas Clínicas de Intervenção e Pesquisa*. Em breve, assim, lançaremos um novo edital para o número especial de 2016.

Esperamos que vocês tenham prazer em ler mais este número!

## REFERÊNCIAS

CARRIERI, A. P. As gestões e as sociedades. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 21-64, jun. 2014.

## Como citar esta contribuição

SARAIVA, L. A. S. O direito a ter direitos em três atos. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 350-361, ago. 2015.